

25 de julho de 2019

052/2019-PRE

## OFÍCIO CIRCULAR

Participantes dos Mercados da B3 – Segmento BM&FBOVESPA

Ref.: **Alterações no Manual de Administração de Risco da Câmara de Compensação e Liquidação da BM&FBOVESPA – Divulgação de Nova Versão.**

A B3 informa que, em **29/07/2019**, entrará em vigor nova versão do Manual de Administração de Risco da Câmara de Compensação e Liquidação da BM&FBOVESPA (Câmara BM&FBOVESPA), contendo alterações relacionadas com:

- (i) detalhamento, correção e aprimoramento de redação, visando manter conformidade com os mecanismos e procedimentos vigentes;
- (ii) ampliação do rol de instrumentos elegíveis à provisão de recurso de liquidez, na metodologia de cálculo de risco CORE (Close Out Risk Evaluation); e
- (iii) o cálculo de risco de operações não alocadas, conforme o Ofício Circular 049/2019-PRE, de 18/07/2019.

As alterações no Manual estão descritas no Anexo deste Ofício Circular. As alterações a que se referem os itens (ii) e (iii) acima impactarão o cálculo de chamada de margem a ser cumprida em **29/07/2019**.

052/2019-PRE

A versão atualizada do documento estará disponível, a partir de **29/07/2019**, em [www.b3.com.br](http://www.b3.com.br), Regulação, Regulamentos e manuais, Compensação, liquidação e gerenciamento de riscos, Acessar documentos, Clearing BM&FBOVESPA.

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos com a Diretoria de Administração de Risco, pelo telefone (11) 2565-4324.

Gilson Finkelsztain  
Presidente

Cícero Augusto Vieira Neto  
Vice-Presidente de Operações,  
Clearing e Depositária

## **Anexo do Ofício Circular 052/2019-PRE**

São descritas a seguir as alterações no Manual de Administração de Risco da Câmara BM&FBOVESPA, na ordem dos capítulos em que foram implementadas.

### **Capítulo 1 – Estrutura de salvaguardas**

- Seção 1.2 – Garantias depositadas pelos participantes

Subseções 1.2.1 – Margem e 1.2.1.1 – Cálculo de margem, item (b): as alterações visam detalhar que as operações realizadas no mercado a vista decorrentes de exercício de contratos de opção devem ser colateralizadas pelo comitente, não sendo possível, portanto, a colateralização pelo participante de negociação pleno (PNP) ou pelo participante de liquidação (PL). Adicionalmente, na referida subseção 1.2.1.1, item (b), corrige-se a redação e as equações no sentido de mencionar as garantias depositadas pelo membro de compensação (MC) na avaliação do saldo operacional do PNP ou do PL, de acordo com os procedimentos vigentes.

- Seção 1.6 – Nível de cobertura da estrutura de salvaguardas para risco de crédito: as alterações visam explicitar que “margem requerida” inclui a parcela requerida como margem adicional.

### **Capítulo 4 – Monitoramento de risco intradiário**

- Seção 4.1 – Aceitação de operações

Subseção 4.1.2 – Operações de empréstimo de ativos: as alterações consistem em (i) fazer constar que a aceitação de operação de empréstimo de ativos compulsória prescinde de verificação da adequação aos limites de concentração de posição em aberto, e (ii) incluir o “recurso de liquidez potencial” no cálculo do risco residual do empréstimo de ativos para o comitente tomador.

- Seção 4.3 – Monitoramento de risco pós-negociação

Subseções 4.3.4 – Critério de aceitação de cancelamento de alocação de operações e 4.3.5 – Critério de aceitação de transferência de posição e de garantia: as alterações visam explicitar que os parâmetros RC (Subseção 4.3.4) e RT (Subseção 4.3.5) podem ser determinados individualmente para cada PNP e para cada PL.

Subseção 4.3.6 – Critério de aceitação de alteração de cobertura de posições: a alteração visa esclarecer que, além do possível aumento do risco do comitente, o critério de aceitação leva em consideração a possível violação de limite de concentração de posição em aberto, conforme descrito na regra 2, ora incluída.

Subseção 4.3.8 – Critério de aceitação de liquidação antecipada de contrato de empréstimo de ativos: essa nova seção foi incluída para indicar que a liquidação antecipada de contrato de empréstimo de ativos somente é aceita pela Câmara BM&FBOVESPA mediante a confirmação de adequação em relação ao limite de concentração de posição em aberto.

## **Capítulo 6 – Administração de garantias**

- Seção 6.3 – Limites de aceitação de ativos para constituição de garantias

Subseção 6.3.4 – Limites de aceitação de ação, ADR, cota de ETF e certificado de depósito de ações (unit): a alteração consiste no detalhamento do procedimento da Câmara BM&FBOVESPA em caso de desenquadramento do participante em relação aos limites de aceitação dos ativos em questão.

- Seção 6.5 – Procedimentos de depósito e retirada de garantias

Subseção 6.5.1.3 – Efetivação do depósito de garantia: a alteração reflete o procedimento, de acordo com o qual o ativo-objeto de liquidação do contrato de empréstimo pode ser direcionado tanto para a carteira livre (2101-6) quanto para a carteira de garantias (2390-6) do comitente doador. Dessa forma, o

participante que deseja depositar em garantia o ativo recebido na liquidação do empréstimo pode fazê-lo diretamente, prescindindo do procedimento de transferência do ativo da carteira livre para a carteira de garantias. Adicionalmente, viabiliza-se a correção de uma distorção no cálculo do saldo de garantias, conforme apresentado adiante, na descrição da alteração no capítulo 7, seção 7.6.4.

Subseção 6.5.2.1 Requisição de retirada de garantia: inclusão de previsão para a Câmara BM&FBOVESPA mudar os horários de retirada de garantia e de processos relacionados, em caso de declaração excepcional de mudança do horário de funcionamento do STR pelo Banco Central do Brasil.

Subseção 6.5.2.2 Análise da requisição de retirada de garantia – critério de liberação de garantia: foram realizadas duas alterações, quais sejam:

- complementação da redação para melhor descrever o critério de liberação de garantia após a janela de liquidação; e
- adequação do texto, relativamente à possibilidade de utilização de ativo depositado em garantia para viabilizar inserção de oferta doadora no sistema de empréstimo de ativos.

Subseção 6.5.2.3 – Efetivação da retirada de garantia, item “Ação, cota de ETF, certificado de depósito de ações (unit) e ouro”: as alterações consistem em adequação do texto relativamente à possibilidade de utilização de ativo depositado em garantia para viabilizar inserção de oferta doadora no sistema de empréstimo de ativos.

- Seção 6.6 – Procedimentos para transferência e distribuição de garantias

Subseção 6.6.3 – Utilização de ativos depositados como garantia para liquidação do saldo líquido multilateral em ativos: as alterações visam fazer constar a possibilidade de utilização de ativo depositado em garantia para viabilizar a inserção de oferta doadora no sistema de empréstimo de ativos.

## **Capítulo 7 – Cálculo de risco**

- Seção 7.4 – Estratégia de encerramento

Subseção 7.4.2.2 – Posições no mercado a vista de renda variável, item (d) Encerramento de posições geradas pelo processo de tratamento de falha de entrega: correção do título da figura 7.33.

Subseção 7.4.2.3 – Posições no mercado a vista de renda fixa privada e posições no mercado a vista de ETF de renda fixa: a alteração consiste em prever que a estratégia de encerramento de posições no mercado a vista de renda fixa privada aplica-se às posições no mercado a vista de ETF de renda fixa, posto que tais ativos se assemelham em seus ciclos de liquidação e nos modelos de precificação propostos para o cálculo de risco.

- Seção 7.6 – Determinação das medidas de risco

Subseção 7.6.2.1 – Necessidades temporárias de liquidez: foram realizadas duas alterações, quais sejam:

- correção do texto, para constar a elegibilidade de opções de renda variável à provisão de liquidez; e
- inclusão das posições em mercados futuro de Ibovespa e futuro de ações no rol de posições elegíveis à provisão de liquidez, o que permite que seus fluxos negativos possam ser compensados pelos fluxos positivos provenientes de posições doadoras em contrato de empréstimo de ações.

Subseção 7.6.4 – Procedimento de subcarteira 1 – inadimplência em D+1 versus inadimplência em D+2: mudança no procedimento de subcarteira 1, relativamente ao tratamento das posições doadoras em contratos de empréstimo de ações com entrega diretamente na carteira de garantias.

O procedimento de subcarteira 1 da metodologia CORE prevê a realização de dois cálculos de risco: um cálculo considerando a carteira completa; e um cálculo retirando as posições com liquidação em D+1, tomando-se, dentre os dois resultados, o que representa o maior risco.

No segundo cálculo, posições doadoras em contratos de empréstimo de ações com liquidação em D+1 são desconsideradas, mesmo no caso em que o participante define, por meio de indicação formal nos sistemas da Câmara BM&FBOVESPA, que o ativo a ser recebido na liquidação seja automaticamente depositado como garantia. Essa alteração não exclui, portanto, do segundo cálculo, as posições doadoras em contrato de empréstimo com liquidação em D+1 e com indicação da carteira de garantias para recebimento do ativo, mantendo a compensação de risco até o depósito da ação em garantia.

Subseção 7.6.6 – Margem mínima de opções: eliminação de inconsistência no algoritmo de margem mínima, com a segregação do cálculo de margem mínima para as posições de participantes com estratégias de opções (i) alavancadas e (ii) com perdas limitadas.

- Seção 7.7 – Módulo CORE0 – cálculo de risco de posições alocadas e sob a modalidade de colateralização pelo comitente

Subseção 7.7.1 – Risco do comitente – pior perda agregada e pior cenário de risco: correção da redação do segundo parágrafo, de maneira a eliminar a inconsistência entre (i) a limitação do uso do recurso de liquidez aos encerramentos que envolvam fluxo financeiro de valor de principal e (ii) a elegibilidade de contratos futuros sem entrega ao recurso de liquidez.

A redação anterior restringe a aplicação do recurso aos instrumentos e aos derivativos de ações cujos encerramentos englobem fluxos financeiros de

valor de principal. No entanto, a utilização do recurso de liquidez, que visa cobrir necessidades temporárias de liquidez, permite que fluxos financeiros provenientes do encerramento do conjunto de posições elegíveis sejam compensados quando o fluxo negativo antecede o fluxo positivo, independentemente de serem ou não fluxos financeiros de valor de principal.

Subseção 7.7.5 – Recurso de liquidez potencial: ajuste na equação (7.20). A métrica “recurso de liquidez potencial” contabiliza o total de créditos, oriundos de posições elegíveis ao recurso de liquidez, que não foram utilizados para compensar risco de outras posições elegíveis, limitados ao valor máximo do recurso de liquidez. A alteração na fórmula faz-se necessária para atender à premissa de sempre se priorizar o uso de créditos oriundos de posições elegíveis frente aos oriundos de garantias.

▪ Seção 7.8 – Modelo CORE1 – cálculo de risco de operações não alocadas

As alterações são relativas ao cálculo de risco das operações indicadas para conta máster e outra referente à compensação de operações oriundas de operações estruturadas. O detalhamento de tais alterações é objeto do Ofício Circular 049/2019-PRE, de 18/07/2019.

**Anexo 1 – Atribuição do valor da falha financeira de um participante aos participantes sob sua responsabilidade**

- Seção A1.1: a alteração visa reforçar que o valor da falha do PN inadimplente, descontado eventual saldo devedor associado à carteira proprietária, será distribuído entre os clientes devedores, excluindo-se o próprio PN na qualidade de comitente.
- Seções A1.2 e A1.3: as alterações são semelhantes àquelas da seção A1.1, referindo-se, no caso da seção A1.2, à atribuição da falha do PNP ou do PL aos comitentes devedores e, no caso da seção A1.3, à atribuição da falha do MC aos PNPs e aos PLs.